

# Alumni

Revista Discente da UNIABEU

---

## A ECONOMIA CRIATIVA SOBRE A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Felipe Rezende Santos<sup>1</sup>  
Edson Trajano Vieira<sup>2</sup>

### RESUMO

Desenvolvimento é um conceito antigo que, historicamente, vem sendo construído, e tem a Economia Criativa, um conceito cunhado recentemente, que tem a criatividade como principal geradora de atividade econômica. Relaciona-se com o universo cultural do homem e utiliza-se de tecnologias da informação para estabelecer redes produtivas. O objetivo principal deste trabalho é aproximar conceitos de Economia Criativa aos conceitos de desenvolvimento regional. Utilizou-se uma bibliografia organizada por meio de levantamento bibliométrico. Os resultados vislumbram a infraestrutura e o capital. Espera-se que a pesquisa contribua para uma melhor compreensão dessa realidade, levantando alternativas para a potencialização dessas modalidades econômicas na promoção de desenvolvimento.

Palavras-chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional; Economia Criativa; Indústrias Criativas.

### INTRODUÇÃO

Darwin, intrigado com a origem das espécies, criou uma nova forma de ver a vida. Com a ideia da seleção natural ele explicou o processo criativo da biologia, e assim deu um novo valor à palavra desenvolvimento, relacionando-a com o aperfeiçoamento natural de um sistema que o leva a atingir a sua capacidade máxima de funcionamento. Esse evento marcou o mundo e, desde então, o conceito foi incorporado em todas as esferas da vida.

Atualmente, no meio econômico, o desenvolvimento pode ser encarado como um processo multidimensional que transcende as questões relativas à capacidade produtiva e ao PIB, e busca considerar as especificidades de cada indivíduo e de cada cultura, assim como os limites da natureza. Sendo, pode-se dizer, que toda vez que o sistema se aperfeiçoa em

---

<sup>1</sup> Arquiteto e urbanista, mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional na Universidade de Taubaté. ifiarq@hotmail.com

<sup>2</sup> Economista, Mestre em Economia e Doutor em História Econômica (USP). Professor do Curso de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. edson.trajano@pq.cnpq.br

suas áreas de impacto, seja social, econômica ou política, acontece algum tipo de desenvolvimento. O desenvolvimento é uma dessas palavras que conseguem mobilizar pessoas, governos, nações e uma infinidade de recursos monetários e não monetários para a realização desse estágio, que nem sempre é, de fato, percebido por todos (SANTOS, E, L e *et. al.*, 2012, p. 45).

O desenvolvimento está relacionado com a qualidade de vida, que está relacionada com o atendimento de necessidades e desejos do homem; quanto mais alternativas, mais possibilidade de escolha, maior o desenvolvimento. Pode-se dizer que essa qualidade de vida está relacionada também com o quanto um indivíduo é capaz de exercer seus desejos ou motivações mais intrínsecas, e que uma região desenvolvida seria aquela onde haveria espaço para isso. A humanidade, em seu desenvolvimento, apresentou diferentes resultados diante das formas de culturas e sociedades estabelecidas, mostrando que a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas, sim, propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. (SANTOS, E, L e *et. al.*, 2012).

A Economia criativa é um conceito recente em curso de definição, que tem conquistado um amplo espaço no debate sobre o desenvolvimento. Nasce com base na transição da sociedade industrial para a ênfase em serviços, e diante de um mundo organizado em redes de informação. A possibilidade da troca do conhecimento em maior escala impactou as cadeias produtivas desde a produção, a distribuição e o consumo, sendo que, algumas vezes, esses se confundem entre si. A globalização das culturas também possibilita novos pontos de vistas e processo de interação, novos comportamentos, repensam os paradigmas da sustentabilidade; a Economia Criativa acontece toda vez que o homem gera renda, ou fluxo econômico baseando-se em uma produção que valoriza a singularidade, o simbólico e aquilo que é intangível: a criatividade (FONSECA, 2007, p. 09).

A criatividade sempre foi o principal vetor do desenvolvimento do homem levando-o a transformar problemas em soluções. O conceito originado do termo, indústrias criativas, inspirado no projeto australiano de 1994, *Creative-Nation*, vem sendo discutido e, assim como o desenvolvimento, envolve contextos culturais, econômicos e sociais. De acordo com Fonseca (2007), o fator principal dessa economia é que a criatividade é um combustível renovável e cujo estoque aumenta com o uso.

O artigo tem como objetivo, a partir de um debate teórico, analisar as possíveis contribuições da economia criativa para a promoção do desenvolvimento Regional.

Diante desse cenário, cabe ao poder público e à sociedade civil organizada promover novas soluções para operarem diante dessas deficiências na busca de alternativas para o desenvolvimento. Percebe-se que há uma negligência acerca do setor cultural e criativo da economia, que pode ser potencializado para incluir pessoas na participação socioeconômica e política através de seus talentos individuais e da sua criatividade.

Para dar embasamento teórico ao trabalho, foram feitas pesquisas na bibliografia abrangendo conceitos e definições do desenvolvimento e da economia criativa, além de conceitos relativos ao ambiente urbano, com foco na paisagem no que tange as áreas analisadas na busca de dar embasamento para o trabalho.

## 1 AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

No dicionário, a palavra desenvolvimento está relacionada com a seguinte definição: "ato ou o efeito de desenvolver". Fazer crescer. Fazer progredir, sugerindo a ideia de constante crescimento a partir de uma dada situação ou circunstância. O Desenvolvimento é um conceito que tem origem na biologia, e através de Darwin passa a ser empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. (SANTOS, *et. al.*, 2012).

A partir daí, o conceito passa a adquirir novas dimensões a cada época com a contribuição dos economistas preocupados em sanar as deficiências de suas sociedades. Assim, desenvolvimento adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais se pressupunha a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça evoluir a sociedade para um estado superior. (SANTOS, *et. al.*, 2012 p. 46). Essa construção é dividida conceitualmente em três dimensões: econômica, a política e a ambiental.

### 1.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

No meio econômico o termo se confunde com o conceito de crescimento econômico, termo que trata da capacidade produtiva. Segundo Dalabrida (2007), entre os economistas clássicos já estava presente a preocupação com uma análise mais aprofundada desses termos e a observação da qualidade de vida da população. A partir de Adam Smith, acredita-se que o desenvolvimento de uma nação viria através do crescimento econômico e da acumulação de riquezas baseada na renda monetária e na propriedade privada, e isso seria suficiente para gerar os excedentes necessários para suprir as demandas de todos. No entanto, isso não se verificou na prática.

O crescimento econômico lida com questões mais objetivas e concretas, que se podem quantificar mais facilmente. O número de habitantes de uma cidade, por exemplo, é mais calculável do que o nível de satisfação dessas pessoas, além de que o crescimento conta com diversos indicadores de mensuração, e que, por vezes, acabam mascarando os resultados sociais impactados pela concentração das riquezas geradas no sistema econômico. Para Vieira (2009), os aspectos quantitativos são priorizados em relação aos não quantitativos ao tratar a relação entre modelos de crescimento e desenvolvimento econômico adotados nas políticas de desenvolvimento.

Outros economistas sucessores de Smith contribuíram com o pensamento. Ricardo atenta sobre o problema conflituoso da economia capitalista, gerado pela relação entre taxa de lucro e taxa de salário. Mais tarde, Marx introduz o conceito de mais-valia, que trata da relação social de produção que há entre capital e trabalho, e termina por gerar a relação entre centro e periferia. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são, para Marx, o imperialismo e o desvio do excedente (SANTOS, *et. al.*, 2012. p. 50).

O desenvolvimento econômico seria o resultado social chamado por Vaz (2006) de produtividade social resultante da produtividade econômica, dizendo respeito à distribuição e acesso aos bens gerados pela maioria da população. O desenvolvimento impacta as estruturas sociais e garante melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. O que ocorre é que existem poucos instrumentos de mensurar o desenvolvimento, havendo necessidade de incluir outras variáveis não econômicas que dizem respeito, segundo Vieira (2010), a quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas.

Furtado (1968) atenta que o que cria a diferença fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização dos excedentes engendrados pelo

incremento de capital. Em todos os processos de desenvolvimento conta-se com os agentes públicos, privados e as esferas da sociedade civil organizada.

Após a crise norte-americana de 1929, que ocorreu devido à superprodução, industrial, veio a guerra e, com ela, profundas alterações na realidade do mundo. Nesse contexto, aparece uma vertente na ciência econômica chamada Economia do Desenvolvimento, onde o desenvolvimento passa a ser objeto específico de investigação. Formada pelo pensamento anglo-saxão e com grandes contribuições do pensamento latino-americano. Com isso, os países então, subdesenvolvidos, ganham destaque através de alguns pensadores, entre eles, Prebisch, Furtado, Cardoso e Falleto. (SANTOS, *et. al.*, 2012).

No entanto, com a alta inflação dos anos 80, verificou-se a falha dessas teorias que não conseguiram explicar a natureza da causação cumulativa e do crescimento desequilibrado. Dada mais uma crise do sistema capitalista e a crescente crítica ao modelo de desenvolvimento, a economia passa a ser vista pela sua relação intrínseca com a natureza, e os paradigmas ambientais começam a ganhar peso. Em 1983, a ONU organiza uma comissão Mundial sobre o Meio ambiente e o desenvolvimento, a qual elabora um relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, tratando da possibilidade de um crescimento aliado à preservação da natureza.

## 1.2 DIMENSÃO POLÍTICA E SOCIAL

A primeira vez que o termo é utilizado no campo político é em um discurso de Truman em 1949, onde ele declara a necessidade de se pensar uma nova era na construção sociopolítica. Propõe o fim da condição imperialista com que se relacionavam colônias e colonizados e inaugura o conceito de subdesenvolvimento, dando à ideia de desenvolvimento o *status* de estágio de um processo. Assim, há o início de uma era onde os países ricos passam a olhar pelos pobres na pretensão de contribuir em suas mazelas.

É preciso mencionar que, na dimensão política, há uma dicotomia entre o mundo ocidental e o oriental, uma vez que são baseados em civilizações diferentes, e o desenvolvimento passa a ser uma ideologia de um mundo moderno imposta sobre o antigo. Com isso, o modelo industrial elaborado pelo ocidente passa a representar uma disputa dominada pelos detentores da técnica. O desenvolvimento como invenção da modernidade é um instrumento de controle e dominação dos países do Primeiro Mundo para os países de Terceiro Mundo (SANTOS, *et. al.*, 2012, p. 51).

Independentemente da categoria de análise, o desenvolvimento, na perspectiva da dimensão política, apresenta-se ao mesmo tempo como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental... operando como sistema de classificação de povos sociedades e regiões. (SANTOS, 2012, p. 53)

Ao fim da guerra, vem a Guerra Fria e com ela uma disputa ideológica entre as duas principais potências do momento, EUA e Rússia, a primeira baseada no liberalismo moderno, a individualidade, propriedade privada, a social democracia e o Estado-Providor. A segunda pautada no pensamento Marxista, na coletivização, propriedade estatal, na justiça social e Estado Centralizado. Ganha ênfase a dimensão social do desenvolvimento.

O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado do Bem Estar Social. É nesse momento que se procuram novos índices de avaliação do desenvolvimento, complementares ao PIB, além de um maior entendimento sobre os padrões

de vida das várias camadas da sociedade. A integração entre essas dimensões, social e econômica, demandam políticas públicas preocupadas com o bem-estar das pessoas. Nesse contexto, aparece o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido por Amartya Sen e Mahbubul Haq. O índice baseia-se em três aspectos principais para avaliação: Longevidade, Escolaridade e Renda e, embora tenha deficiência e receba críticas, representa um aliado na mensuração da qualidade de vida das pessoas.

Ainda assim, como afirma Santos *et. al.* (2012), estima-se que mais de um quinto da população mundial viva com 1 dólar por dia, padrão europeu de 200 anos atrás. Para Sen (2012), o desenvolvimento está relacionado com liberdades que são estruturais e que derivam para a capacidade e possibilidade de participação e escolhas que a maioria dos indivíduos tem em seu meio, sua capacidade de produzir, consumir, mas, também, de exercer a participação na construção do processo social. O desenvolvimento, segundo ele, consiste em eliminar privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

### **1.3 DIMENSÃO AMBIENTAL**

No momento em que o Clube de Roma retoma as preocupações de Tomas Malthus acerca da capacidade limitada do globo e do sistema produtivo, diante das infinitas necessidades do homem, considerando o crescimento populacional, inauguram um debate onde a sociedade capitalista é vista como vilã. Surge a tese do crescimento zero estimulada por campos da ciência envolvendo ecologia, a biologia além de organizações não governamentais, e a elaboração do conceito de ecodesenvolvimento.

Esse conceito foi criticado, uma vez que foi visto como prejudicial aos países em subdesenvolvimento por conta das restrições ambientais desarticuladoras do crescimento de suas economias. Com isso, nasce o conceito de Desenvolvimento Sustentável, onde se procura aliar os múltiplos interesses dos países considerando um equilíbrio entre todas as partes do sistema.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O desenvolvimento regional compete às relações sociais e econômicas e que têm como espaço uma determinada região, levando em conta suas características geográficas, históricas e culturais, o que coloca a necessidade da definição de região. Esses conceitos estão relacionados a áreas de estudo do espaço, que por sua vez são diversas, necessitando de se envolver nesses estudos as questões históricas de cada espaço analisado. Região seria um aglomerado de características geográficas e morfológicas que, através de uma identificação em comum de determinada manifestação social e cultural, são estabelecidas por seus habitantes através de marcos no tempo e no espaço. Muitas vezes a região física pode ser substituída por uma região abstrata devido a organizações espalhadas em espaços múltiplos ou redes de informações.

Ao se observar uma foto aérea, por exemplo, não é possível localizar todas as separações conceituais dos mapas políticos e administrativos. Isso ocorre devido aos distintos modos de ocupação do território. Muitas vezes, o que está dividido no mapa não é percebido, por exemplo, por um viajante que percorre uma paisagem contínua e integrada. O indivíduo possui diversas maneiras de perceber e admitir o mundo a sua volta. Este mesmo aspecto plural se dá na construção de um senso coletivo de região. Desta forma, a região em si não existe; o que existe é a noção estabelecida pelo indivíduo. Para Tuan (1983), os espaços do homem refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade.

Atualmente, vários autores tratam da noção contemporânea do espaço como região. Para Lencioni (1999), o homem expandiu com as máquinas seus alcances de interpretação e percepção do mundo a seu redor. Há, segundo a autora, uma percepção ampliada dos sentidos, que deriva em uma nova cartografia, o que permite passar de um modo de representação a outro em instantes. As escalas podem ser intercaladas permitindo visualizações mais interativas. Essa mediação técnica, além de seus aspectos positivos, pode conduzir a uma maior desumanização do homem. O universo virtual se apresenta como uma segunda natureza das representações que invadem o cotidiano das pessoas. A autora observa que o consumo é cada vez mais induzido pelo que uma marca representa, e não pelo produto em si. Isso constitui um mercado de bens simbólicos e das representações de objetos e lugares.

Outro aspecto abordado passa pela influência da cultura internacional sobre a nacional, com os mercados globalizados rearticulando povos, culturas, signos e significados, realidades e imaginários. Lencioni (1999) apresenta a falência do modernismo como estratégia de planejamento no cerne da discussão pós-moderna, que incorpora o caráter subjetivo ao se pensar o espaço. O pensamento pós-moderno não nega a história, pelo contrário, assume-a novamente como tradição cultural enfatizando os costumes. Nesse sentido, a valorização do aparente fez com que a estética se apresentasse como um novo e valorizado mito da sociedade por ser vista como uma possível integradora da realidade fragmentada (LENCIONI, 1999; p. 187). A autora, ainda, afirma que a partir das ideias desenvolvidas por Foucault, o espaço se sobrepõe ao tempo, fazendo com que a geografia tenha uma interpretação mais abrangente do que a própria história.

David Harvey (*apud* LENCIONI, 1999) foi o primeiro a colocar o espaço como produto social e a abordar a importância da espacialidade dos processos sociais sob a perspectiva historicista de análise. A busca por novos caminhos de análise na geografia, expressa pelas geografias pós-modernas, surgiu no momento em que o local, o regional e o global se recompuseram ante a recente estruturação capitalista. Faz-se pertinente a análise em escala regional como situação entre o local e o global.

A subjetividade implicada na concepção de região depende da compreensão individual do homem no que tange à relação espaço tempo. Marcelo Escobar (*apud* LENCIONI, 1999) chama de regionalidade a diferenciação geográfica e histórica que é percebida, transmitida e representada por membros com certa identificação comunitária. O autor afirma que o regionalismo como força política pode representar uma diferenciação cultural em tempos de homogeneização econômica, dizendo que, em primeiro lugar, a região é sempre uma reflexão política de base territorial, em segundo, coloca em jogo um conjunto de interesses, e, em terceiro, coloca sempre em discussão os limites da autonomia frente ao poder central. Faz-se positiva a análise retrospectiva colocando a história do pensamento geográfico a partir do exame das noções de região. Coloca a questão da integração entre geografia física e humana. A própria palavra região é usada do ponto de vista ideológico quando se presta a construção de mitos geográficos, servindo de instrumento para manipulação política. Além disso, a palavra região pode remeter a um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas de pertencerem a um determinado lugar.

Vieira (2009) observa que existe grande dificuldade de se definir um conceito de região, pois conta com aspectos dinâmicos em constante mutação, afirmando da importância de se pensar o espaço regionalizado na perspectiva histórica e da interação das ciências sociais envolvidas, concluindo que a região, ao mesmo tempo em que é uma paisagem natural, é também um espaço social, econômico, político e cultural. Esses conceitos estão

relacionados a áreas de estudo do espaço, que por sua vez são diversas, necessitando de se envolver nesses estudos as questões históricas de cada espaço analisado.

Região seria, assim, um aglomerado de características geográficas e morfológicas, que através de uma identificação em comum de determinada manifestação social e cultural são estabelecidas por seus habitantes através de marcos no tempo e no espaço. Muitas vezes, a região física pode ser substituída por uma região abstrata, devido a organizações espalhadas em espaços múltiplos ou redes de informações. A região deve ser pensada como produção cultural que introduz a um só tempo a questão da diversidade, da dinâmica histórica, e mutabilidade das experiências concretas, ultrapassando o puro dado material e a paisagem natural, na dimensão do espaço vivido.

Albuquerque Júnior (2008) ainda adverte da relação entre cultura, poder e como se constroem historicamente as representações espaciais na sociedade. Ele coloca a particularidade de cada um em perceber o espaço, onde operam cinco sentidos. Cada um deles contribui para um senso de localização do homem. A habilidade de articular esses sentidos potencializa a compreensão da região. Além disso, não há como pensar os espaços separados de suas dimensões políticas e culturais, imaginárias e simbólicas, naturais, econômicas e até sensíveis. O homem estabelece, através da cultura, uma segunda natureza, de bens simbólicos, operada por aparatos técnicos.

A dimensão da paisagem é outra, os espaços não se resumem a sua dimensão física. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso. O poder cria uma malha que envolve aquele que não sabe articular o discurso, restringindo acessos, determinando as leis, muitas vezes de acordo com interesses particulares.

Galbraith (1992) aborda essa questão colocando o caráter enviesado da construção da história e da organização política das sociedades através do que chama de poder do contentamento. Existe uma tendência dos homens de enfatizar o seu contentamento e conforto imediatos. Uma vez que as regras são estabelecidas enviesadas pelos interesses do dominante, passa-se a ter um conflito dos resultados sociais, uma vez que a concentração do poder é extremamente exclusiva. O sistema econômico teria deficiências que devem se resolver sem a intervenção estatal para que ocorra uma espécie de cicatrização mais eficiente. Coloca uma visão antropológica antes da econômica e política, afirmando que as crenças dos privilegiados servem para prolongar o contentamento.

Essas conceituações são importantes nas definições do espaço econômico a ser delimitado nas questões de influências e dependências entre regiões. A região deve ser pensada como produção cultural, que introduz a um só tempo a questão da diversidade, da dinâmica histórica e mutabilidade das experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na dimensão do espaço vivido. (VIEIRA, 2009, p. 23.)

A primeira divisão regional do país acontece em 1941, servindo de instâncias administrativas e implantadas de forma autoritária pelo aparato estatal, assim como projetos que visavam acabar com as desigualdades regionais. Isso servia para construir uma ideia de integração e de nação.

### **3 ECONOMIA DA CULTURA**

A criatividade é uma faculdade essencial ao homem em toda sua história e parece ter origens em sua interação com o meio ambiente, o que lhe permitiu criar solução para suas necessidades mais básicas. Desse ponto de vista, a criatividade pode ter sido o primeiro indutor de desenvolvimento, seja ele humano ou local, uma vez que o homem estabelece

uma relação espacial geradora de hábitos e costumes ao que podemos chamar de cultura. Entende-se aqui como cultura a relação que o homem estabeleceu com o meio ambiente ao longo de sua evolução; a capacidade de criar e aplicar conhecimento produzindo seu *habitat* e desenvolvendo-se como sociedade.

O Ministério da Cultura apresenta a seguinte definição de economia da cultura:

A Economia da Cultura integra o que se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é altamente impactado pelas novas tecnologias, é baseado em criação e não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e a adaptação às mudanças como aspectos a considerar em primeiro plano. Nesses setores a capacidade criativa tem mais peso que o porte do capital. (MINC, 2014, s.p.d.)

Analisado sobre a perspectiva histórica, a ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada a um contexto cultural da sociedade variando as estruturas de poder e divisões dos bens e do trabalho. A cada época uma reestruturação se dá a partir de adaptações diante de crises e conflitos no modelo vigente, causando mudanças estruturais. Logo se vê a relação intrínseca da questão de uma determinada região e a cultura, pois a primeira serve de abrigo para a gênese da segunda.

Durante séculos a cultura de interação do homem com a natureza foi de exploração de recursos naturais, derivando de atividades de subsistência de baixo impacto para outras de produção industrial de alto impacto sobre o meio ambiente. A revolução industrial e sua transformação das relações de produção e consumo representaram por décadas a noção de desenvolvimento, porém criando realidades díspares relacionadas com a concentração social de renda e concentração espacial urbana, necessárias a esse tipo de atividade. Com a sociedade da informação, muito da mão de obra industrial foi substituído pela robótica liberando esse contingente ao ócio. Isso acarretou um crescimento no setor informal e de serviços. A transição da sociedade industrial para a pós-industrial foi marcada pela transição entre valores de consumo de bens materiais a imateriais, onde o simbólico passou a predominar deslocando as atividades intensivas para o setor de serviços. (BENDASSOLI, 2009).

#### **4 ECONOMIA CRIATIVA**

A economia criativa nasce como proposta de atividade rentável através da inovação e das ideias criativas, em um mundo de acesso virtual à informação, e formas de produção de uma comunidade dedicada à criação de produtos e serviços personalizados, impactando diversas cadeias produtivas. Trata da geração de riquezas econômicas, em atividades que utilizam bens simbólicos e intangíveis. Embora haja um debate teórico recente no assunto, essa pode ser tida como uma citação em comum entre os autores. No seu cerne, a Economia criativa já apresenta uma relação intrínseca com os conceitos de desenvolvimento regional, uma vez que nasce inspirada em estratégias de planejamento, levando em conta os aspectos culturais passíveis de servirem de diferenciação comparativa no contexto econômico global.

Em 1994, o governo australiano lança mão de uma política de planejamento baseada no mapeamento de diversas características do país que pudessem ser encaradas como vantagens comparativas na disputa econômica internacional. Atendendo aos paradigmas socioambientais, focou nos aspectos culturais da região, abrangendo desde o meio ambiente



até as diversas formas criativas de manifestações presentes no cotidiano da população. Com o título de Nação Criativa, a estratégia formada por uma parceria entre o setor público e o privado esperava chamar a atenção do mundo para seus atrativos e, com isso, promover o desenvolvimento econômico através do turismo e investimentos estrangeiros em novos empreendimentos sustentáveis. No fim da década de 1990, o governo britânico, inspirado pela iniciativa, passou a encarar com mais importância esta questão, encomendando, através de uma força-tarefa, um mapeamento detalhado do setor (BLITHE, 2001).

O resultado levou o governo britânico a remanejar suas políticas de desenvolvimento regional para tais atividades, impulsionando o conceito (BLITHE, 2001). Esses eventos são marcos na evolução do que chamamos economia criativa. A economia criativa nasce como proposta de atividades a partir da inovação e das ideias criativas, em um mundo de acesso virtual à informação, e formas de produção de uma comunidade dedicada à criação de produtos e serviços personalizados impactando diversas cadeias produtivas.

O governo inglês classifica os seguintes campos como setores criativos: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, *design*, *design* de moda, cinema, *software*, *softwares* interativos para lazer música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais.

Está ligada a outros termos, calcada em estudos da década de 60 sobre a valorização de bens imateriais muitas vezes relacionados com a cultura sendo assim encarada como fonte de riquezas e de participação econômica. Mas, é na última década que começam a aparecer as primeiras faculdades voltadas ao assunto, simpósios reunindo estudiosos, publicações e uma intensificação do assunto no meio acadêmico.

Nas indústrias criativas, a criatividade é o elemento central, sendo percebida como necessária tanto para a geração de propriedade intelectual, como na produção de novas formas e objetos culturais. Esses objetos são definidos e consumidos pela carga dos sentidos socialmente compartilhados que carregam, derivando seu valor de tal carga. (GRISWOLD, 1987). Um dos primeiros livros sobre o assunto é de autoria de Richard Caves, intitulado *Creative Industries 2001*, seguido por *The Rise of Creative Class (2002)*, de Richard Florida, e *Creative Industries (2005)*, de John Hartley. No Brasil, a temática aparece em 2004 no congresso XI UNCTAD e passa a integrar as discussões acerca do desenvolvimento. O Quadro 1, a seguir, organizado por Bendassoli (2009), apresenta as principais definições de economia criativa.

<p>õAtividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalhos e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] As indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais).õ</p>	<p>DCMS (2005, p. 5)</p>
<p>õA ideia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias midiáticas (Tis) e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por parte de novos consumidores-cidadãos interativos.</p>	<p>Hartley (2005, p. 5)</p>
<p>õEm minha perspectiva, é mais coerente restringir o termo õindústria criativaõ a uma indústria onde o trabalho intelectual é preponderante e onde o resultado alcançado é a propriedade intelectual.õ</p>	<p>Howkins (2005, p. 119)</p>

<p>õ[Indústrias Criativas] produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual e [...] empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as indústrias criativas têm um <i>core-group</i>, um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, <i>software</i>, <i>broadcasting</i> e todos os processos de editoria em geral. No entanto, a coisa curiosa é que a fronteira das indústrias criativas não é nítida. As pessoas utilizam o termo como sinônimo das indústrias de conteúdo, mas o que se vê cada vez mais é que uma grande gama de processos, produtos e serviços que são baseados na criatividade, mas que tem suas origens em coisas muito mais tradicionais, como o <i>craft</i>, folclore, artesanato, estão cada vez mais utilizando tecnologias de <i>management</i>, de informática para se transformarem em bens, produtos e serviços de grande distribuição.õ</p>	<p>Jaguaribe (2006)</p>
<p>õAs indústrias criativas são formadas a partir da convergência entre indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, tornando-se uma importante (e contestada) arena de desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...] operando em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural [...] o setor das indústrias criativas apresenta grande variedade de atividades que possuem seu núcleo na criatividade.õ</p>	<p>Jeffcutt (2000, p. 123-124)</p>
<p>õAs atividades das indústrias criativas podem ser localizadas em um <i>continuum</i> que vai desde aquelas atividades totalmente dependentes do ato de levar o conteúdo á audiência (a maior parte das apresentações ao vivo e exibições, incluindo festivais), que tendem a ser trabalho-intensivas e, em geral, subsidiadas, até aquelas atividades informacionais orientadas mais comercialmente, baseadas na reprodução de conteúdo original e sua transmissão a audiências (em geral distantes): (publicação, música gravada, filme, <i>broadcasting</i>, nova mídia).õ</p>	<p>Cornford e Charles (2001, p. 17)</p>

### Quadro 1 - Definições de Economia Criativa

Fonte: BENDASSOLI, 2009

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisa-se que o desenvolvimento é um conceito bastante subjetivo, que durante muito tempo, engendrado por uma mistura de ignorância e tirania, foi tanto foco do discurso ideológico como também preocupação com o equilíbrio do sistema. Se considerarmos todas as teorias, ainda que não concretizadas, a mistura de seus ingredientes parece dar forma a uma tomada de consciência histórica sobre as relações do homem no planeta.

O conceito de economia criativa é recente e pode-se dizer que vem sendo debatido com frequência. Parece estar diretamente relacionado com a evolução dos conceitos de desenvolvimento no mundo atual, somando os paradigmas da sustentabilidade, porém, assim como o desenvolvimento, carrega uma subjetividade que tange as especificidades culturais e a noção de região.

No entanto, há um caráter subjetivo encontrado aqui, assim como nos conceitos de desenvolvimento. A mensuração da criatividade definida pelos autores baseia-se na propriedade intelectual e parece induzir o conceito para o campo da indústria impactada pelas atividades geradas a partir das linguagens artísticas. Cabe pensar, por um lado, o quanto isso representa apenas um novo rótulo do capitalismo mantendo relações hierárquicas baseadas em uma sociedade de muitos consumidores e poucos produtores, e o quanto isso

pode representar a liberdade dos indivíduos desse mecanismo conquistando uma sociedade baseada no consumo consciente e alimentada pela arte e pela cultura no sentido do sustentável.

A noção de região passa por um sentimento de pertencimento estabelecido pelo homem através da apropriação do território em seus desdobramentos históricos. Pode ser construída individualmente ou induzida por algum mecanismo político, econômico, social e ambiental.

No que tange os potenciais apresentados nessa pesquisa, o Brasil apresenta um quadro de políticas públicas nacionais que aparentemente fornecem ferramentas para o incentivo dessa produção. Cabe ao poder público local constituir um quadro que dê suporte e garanta que essas políticas sejam aproveitadas na cidade. Sendo assim, são muitas as alternativas para a produção artística local, que pode ser estimulada em todas as idades para formar agentes criativos que terão ferramentas, que vão da socialização à atividade econômica, além de contribuir para a construção estética da sociedade.

### ***THE CREATIVE ECONOMY ON THE PROSPECT OF REGIONAL DEVELOPMENT ABSTRACT***

*Creative Economy has been recently proposed as a concept, and claims creativity to be the main generator of economic activity. It relates to the cultural sphere, and establishes productive networks through information technologies. The main objective of this work is to approximate the concepts of the Creative Economy to that of Development Regional. The study presents a bibliography organized bibliometrically. As a result, existing infrastructure and human capital. The aim is to contribute to a better understanding of this reality, raising alternatives that enhance these economic arrangements to promote the development.*

**Keywords:** *Planning and Regional Development; Creative Economy; Creative Industries.*

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais.** Nos Destinos de Fronteira, espaços e identidade regional. Recife, Editora Bagaço, 2008, pp. 97-124.

BENDASSOLI, Pedro F., **Indústrias criativas: Definição, Limites e Possibilidades.** ERA, v. 49, n. 1, São Paulo, 2009.

BRITISH COUNCIL (United Kingdom). **Mapping the creative industries: the UK Cambridge:** Harvard University Press, 2001. 454 p.

CAVES, Richard E. **Creative industries: contracts between art and commerce context.** London, Oct. 2005. 15p. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto da Promoção Cultural.

DALLABRIDA, Valdir Roque, **Economia, Cultura e Desenvolvimento: Uma primeira aproximação entre as origens teóricas da abordagem do tema,** G&DR Év. 7, n. 2, pp. 282-299, mai-ago/2011, Taubaté, SP, Brasil.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da Classe Criativa.** São Paulo, Ed. L&PM, 2011.

- GALBRAITH, J. K. **A Cultura do Contentamento**. São Paulo, Pioneira Editora, 1992.
- HOWKINS, John. **The Creative Economy**. How people make money from ideas London. Penguin Press, 2001.
- LENCIONI, S. **Perspectivas Contemporâneas da Geografia Regional. Região e Geografia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- REIS, Ana Carla Fonseca, **Cidades Criativas, burilando um conceito em formação**. São Paulo, Iara Revista de Moda, Cultura e Arte, abril 2011, v. 4, nº1.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri SP: Manole, 2007. 354 p. Secretaria de Apoio à Produção Cultural.
- SANTOS, Elinaldo Leal e *et. al.*, **Desenvolvimento: Um conceito Multidimensional**. Revista Desenvolvimento Regional em Debate. n.1, ano 2, 2012.
- SITTE, Camillo, **A Construção da Cidade Segundo seus Preceitos Artísticos**. São Paulo. Ed. Ática, 1992.
- THE, 2009 Unesco framework for cultural statistics - FCS. Montreal: Unesco Institute for Statistics - UIS, 2009. 100 p. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/culture/Documents/framework-culturalstatistics-culture-2009-en.pdf>>. Acesso em: set. 2013
- TUAN Y. F. **Espaço e Lugar, a perspectiva da experiência**. Trad. Livia Oliveira, São Paulo, Editora Difel, 1983.
- VIEIRA, Edson Trajano, **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo, 2009.
- VAZ, José Pascoal. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 -2000**. Tese de Doutorado em História Social ó Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.